



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA**  
**GERÊNCIA DE MANUTENÇÃO E ZELADORIA**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Bairro Cambeba, em Fortaleza-CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE e o SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE/Amontada/CE, com sede na rua Jose Sales Barros, Nº 582, Bairro: Torre, Amontada, CE., inscrito no CNPJ sob o nº 10.518.108/0001-24.

## **1. OBJETO**

1.1 O objeto do presente instrumento é o fornecimento de água tratada e coleta de esgoto para as unidades consumidoras dos órgãos e entidades integrantes do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARA, conforme estabelece a Lei 11.445/2007 e Decreto Federal nº 7.217/2010.

## **2. JUSTIFICATIVA**

2.1. A contratação justifica-se pela necessidade de se manter o abastecimento de água potável, bem como a recepção e o tratamento do esgoto produzido nas dependências das unidades do Tribunal de Justiça do Ceará no Município de Amontada, atendendo assim as condições higiênico-sanitárias adequadas à satisfação organizacional do Poder Judiciário.

2.2. O SAAE de Amontada prestará os serviços objeto deste termo através da interligação dos sistemas de abastecimento de água e/ou coleta de esgoto do Contratante ao seu sistema, conforme estabelecido pela Lei nº 11.445/2007 e Decreto Federal nº 7.217/2010.

2.3. Ressalte-se, ainda, que se trata de um serviço de duração continuada, imprescindível ao funcionamento do Tribunal de Justiça do Ceará que deles se vale, podendo sua interrupção comprometer a continuidade das atividades por ele desenvolvidas.

2.4. Devido ao fato do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE/Amontada ser o único fornecedor de água potável, e prestar os serviços de recepção e tratamento de esgoto produzidos no município, configura-

se a inviabilidade de competição, restando, assim, a contratação por meio de inexigibilidade de licitação, a qual encontra amparo legal no **artigo 74 da Lei nº 14.133/2021**, **exclusividade** esta comprovada através do Decreto Municipal n.º 07, de 28.02.1991, e da certidão de fl. 02.

2.5. A contratação direta da SAAE/Amontada deverá ser divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) por ser condição indispensável para a eficácia do contrato, bem como publicada no Diário da Justiça Eletrônico.

### 3. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O SAAE/Amontada prestará os serviços objeto deste termo através da interligação dos sistemas de abastecimento de água e/ou coleta de esgoto do Contratante ao seu sistema, conforme estabelecido pela Lei nº 11.445/2007 e Decreto Federal nº 7.217/2010.

3.2. Fornecer água potável, executar a recepção e tratamento do esgoto produzido e lançado pelas dependências do Tribunal de Justiça do Ceará no Município de Amontada.

3.3. O SAAE/Amontada executará de forma contínua os serviços e, em intervalos regulares, efetuará a leitura do hidrômetro da unidade de consumo para apurar o volume de água fornecido no período de referência.

3.4. Os serviços serão executados 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, sem interrupção, durante toda a vigência contratual.

3.5. O consumo de água, expresso em metros cúbicos (m<sup>3</sup>), será apurado pela diferença entre duas leituras consecutivas do mesmo hidrômetro, desprezadas frações de metro cúbico.

### 4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. A contratação em tela encontra amparo na legislação:

- **Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007** - Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978.
- **Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021** - Lei de Licitações e Contratos;
- **Lei Federal nº 8.078/90** – Dispõe sobre a proteção do Consumidor;
- Portaria n.º 518/2004 do Ministério da Saúde;
- **Lei Estadual nº 14.394, de 7 de julho de 2009** - Define a Agência Reguladora do Estado do Ceará (ARCE) como entidade reguladora dos serviços públicos de saneamento básicos prestados pela CAGECE, nos termos da referida lei;
- **Lei Estadual Complementar nº 162, de 20 de junho de 2016** - Institui a Política Estadual de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário no Estado do Ceará, institui o Sistema Estadual de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, o Sistema Estadual de Informações em Saneamento, e cria o Fundo Estadual de Saneamento;

- **Resolução nº 259, de 17 de dezembro de 2019** - Institui as regras de Atualização Tarifária, aplicáveis às tarifas cobradas pela Concessionária dos serviços de água e esgoto nos municípios regulados pela Agência Reguladora do Estado do Ceará- ARCE, e dá outras providências;
- **Resolução Nº 274, de 24 de julho de 2020** - Dispõe sobre a Metodologia e os Procedimentos para a realização de Revisões Tarifárias e de Reajustes Anuais dos Serviços de Abastecimento de Água e de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários prestados pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, sujeitos à fiscalização e regulação por parte da Agência Reguladora do Estado do Ceará- ARCE;
- **Resolução nº 130, de 25 de março de 2010** – Estabelece as condições gerais na prestação e utilização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.
- **Portaria n.º 154, de 22 de julho de 2002, SEMACE;**

## 5. VIGÊNCIA

5.1. O Tribunal de Justiça do Ceará adotará o disposto no art. 109 da Lei 14.133/2021, onde a Administração poderá estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação. Considerando, assim, os princípios da razoabilidade, da eficiência e da economicidade.

## 6. VALOR ESTIMADO

6.1. O valor global estimado para a execução dos serviços será de aproximadamente R\$1007,95 (Um mil e sete reais e noventa e cinco centavos) anual.

6.2. Este valor foi estimado após levantamento da média de gastos mensais do prédio do Fórum de Amontada, localizado na rua Martins Teixeira, s/n Bairro: Centro, no município de Amontada, durante os meses de novembro de 2021 a outubro de 2022. Com esse valor, fez-se uma projeção para o gasto anual em 2022, bem como para os anos subsequentes, acrescentando-se 8% (oito por cento) a cada ano. Assim, após realizar o somatório de todos os anos, obteve-se o valor global estimado da contratação.

## ANEXO 1

<b>TABELA 1 – PLANILHA DE CUSTO ANUAL DE CONSUMO DE ÁGUA DO PRÉDIO DA COMARCA DE AMONTADA DURANTE OS MESES DE NOVEMBRO DE 2021 A OUTUBRO DE 2022 (12 MESES)</b>			
<b>Mês</b>	<b>Ano</b>	<b>Consumo (M³)</b>	<b>Valor (Água + Esgoto)</b>
Novembro	2021	40	R\$ 112,04
Dezembro	2021	34	R\$ 94,07
Janeiro	2022	10	R\$ 52,16
Fevereiro	2022	4	R\$ 63,48
Março	2022	17	R\$ 63,48
Abril	2022	1	R\$ 63,48
Mai	2022	2	R\$ 64,80
Junho	2022	2	R\$ 63,48
Julho	2022	2	R\$ 63,48
Agosto	2022	3	R\$ 165,86
Setembro	2022	1	R\$ 63,48
Outubro	2022	1	R\$ 63,48
<b>Média mensal:</b>		9,75	R\$ 77,77
<b>Estimativa anual(água+esgoto)</b>		117	R\$ 933,29

## 7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. Os recursos financeiros decorrentes desta contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

04200121.02.122.512.20539.15.33903900.2.70.00.1.20 (06514)

04200121.02.122.512.20539.15.33903900.6.70.00.1.20 ( - )

## 8. DO PAGAMENTO

8.1. Pelo fornecimento da água tratada e/ou esgoto coletado, o Contratante pagará a Contratada os valores constantes da sua estrutura tarifária, tudo conforme a Legislação Federal, Estadual e Municipal.

8.2. As contas e/ou faturas de água e esgoto serão entregues pela contratada no endereço da Contratante, na Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N – Cambéa CEP: 60.822-325, em Fortaleza-CE, no prazo mínimo de 10 (dez) dias anteriores à data do vencimento respectivo, podendo ser quitadas em qualquer entidade arrecadadora autorizada pelo SAAE/Amontada.

8.3. O pagamento das faturas mensais será realizado mediante ordem bancária, em favor do SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE/Amontada, até a data de vencimento.

8.4. O não pagamento das faturas até a data de vencimento sujeitará a CONTRATANTE à multa de 2% ao mês, juros de mora de até 1% ao mês e correção monetária com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de geografia e Estatística - IBGE, sem prejuízo de outras penalidades previstas em normas legais ou regulamentares.

8.5. O pagamento a cargo do TJCE, sujeito à perfeita execução contratual, nos termos insertos neste instrumento, será efetuado, em favor da SAAE/Amontada, com as devidas retenções, sendo certo que se a referida data cair em dia não-útil, o vencimento da fatura ocorrerá no primeiro dia útil subsequente. Não sendo possível, por qualquer motivo, o pagamento da fatura da forma descrita no item (8.3), sua efetivação poderá ser realizada em conta vinculada, consoante dispõe art. 142 da Lei 14.133/2021.

8.6. Na execução dos serviços, aplicar-se-á, no que couber, a disposição dos artigos 140 a 143 da Lei 14.133/2021.

8.7. O Gestor deverá realizar o Atesto e a elaboração do Termo Circunstanciado relativo à Nota Fiscal, contados a partir de sua apresentação, nos seguintes prazos:

a) 2 (dois) dias, no caso de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021; e,

b) 5 (cinco) dias, para os demais casos.

8.8. O pagamento será realizado, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada, nos seguintes prazos:

- a) 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal, nos casos dos valores que não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021; e,
- b) 10 (dez) dias úteis, contados a partir do Atesto da Nota Fiscal, nos demais casos.

## **9. DOS REAJUSTES**

9.1. Os reajustes ou revisões tarifárias praticadas pelo SAAE/Amontada obedeceram os critérios e periodicidade definidos pela agência reguladora, sem qualquer interferência do CONTRATANTE e independente da sua anuência, conforme dispõem as Resoluções n° 259/2019 e n° 274/2020, ambas da Agência Reguladora do Estado do Ceará- ARCE.

9.2. A Tarifa Média aplicável aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário será reajustada no ano com base na variação de uma cesta de índices de preços definidos para as diferentes componentes da Receita Requerida e as participações de cada componente da Receita Requerida, tendo como data-base o primeiro dia do mês de maio de cada ano, consoante dispõe a Resolução n° 259/2019 da ARCE.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

As obrigações do Contratante são:

- 10.1. Efetuar o pagamento do fornecimento executado, conforme condições estabelecidas neste Contrato, e conferir as notas fiscais ou faturas, atestando-as;
- 10.2. Permitir o acesso da Contratada nos locais de vistorias e leituras, quando da execução do serviço, respeitadas as normas internas (segurança e disciplina) do Contratante;
- 10.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários da Contratada;
- 10.4. Comunicar à Contratada qualquer irregularidade verificada na execução do serviço, determinando, de imediato, as providências necessárias à sua regularização;
- 10.5. Acompanhar e fiscalizar rigorosamente o cumprimento deste Contrato, verificando a qualidade do fornecimento executado;
- 10.6. Rejeitar qualquer fornecimento considerado insatisfatório, determinando que seja sanado no prazo a ser estipulado pela fiscalização do Contrato;
- 10.7. Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias, a fim de que possa desempenhar normalmente o serviço contratado;
- 10.8. Anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

As obrigações da Contratada são:

- 11.1. Cumprir tudo o que dispõe este Contrato, incluindo os prazos e os procedimentos a serem adotados na execução do fornecimento;
- 11.2. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.
- 11.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato, sem prévia anuência do Contratante;
- 11.4. Dar ciência ao Contratante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do serviço;
- 11.5. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
- 11.6. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados ou terceiros em razão de acidentes, decorrentes de culpa ou dolo, de prepostos da Contratada ou de quem em seu nome agir, no cumprimento do objeto do Contrato;
- 11.7. Providenciar para que os funcionários responsáveis pelos serviços estejam devidamente identificados;
- 11.8. Apresentar, a cada exercício financeiro, a estimativa de consumo da água e esgoto com este Tribunal.

## **12. DA QUALIDADE DA ÁGUA**

12.1. A qualidade da água a ser fornecida e do esgoto a ser coletado pela Contratada nos termos deste ajuste obedecerá rigorosamente às normas e padrões de potabilidade estabelecidos pela Portaria n.º 518/2004 do Ministério da Saúde e a Portaria n.º 154, de 22 de julho de 2002, emanada da SEMACE, respectivamente.

## **13. DAS MEDIÇÕES**

13.1. As leituras de consumo, para efeito de faturamento, serão realizadas a critério da Contratada, abrangendo um período aproximado de trinta dias corridos, facultando-se à mesma realizar leituras periódicas de inspeção a fim de exercer o controle sobre os medidores e regular as variações de consumo, devendo o Contratante adquirir às suas expensas o “kit cavalete completo e medidor”, padrão SAAE de Amontada, cabendo a esta instalá-lo com observância das normas técnicas incidentes.

13.2. O Contratante poderá solicitar e acompanhar aferição dos instrumentos de medição, realizada por parte da Contratada, devendo ser sem ônus para o Contratante até 1 (uma) verificação a cada 3 (três) anos.



## 15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. A contratada que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para a contratação, ensejar o retardamento da execução contratual, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, pelo prazo de até 5 anos, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

15.2. Pela inexecução total ou parcial a contratada ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, no que couber, a serem aplicadas pela autoridade competente do TJCE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito à ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

15.3. As sanções de advertência, bem como de impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública, poderão ser aplicadas à contratada em conjunto com as multas convencionais e de mora, descontando-as dos pagamentos a serem efetuados.

15.4. A contratada ficará sujeita a aplicação de multa de mora e convencional, variável de acordo com a gravidade dos casos a seguir:

a) Multa moratória – a pessoa jurídica contratada ficará sujeita a multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor abatido no pagamento a que fizer *jus* a contratada, ou ainda, quando for o caso, cobrado administrativa ou judicialmente;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o valor total do Contrato;

c) Multa de 10% (dez por cento) do valor integral do contrato ou do valor remanescente, em razão, respectivamente, de inexecução total ou parcial do mesmo.

15.4.1. Também poderão ser aplicadas as seguintes sanções: Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração; e Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Publicação.

15.4.2. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos à contratada ou cobrado judicialmente.

15.5. Excepcionalmente, *ad cautelam*, a Administração poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.

15.6. O valor da multa, apurado após regular procedimento administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo TJCE ou cobrado judicialmente.







Fortaleza, 08 de novembro de 2022

Respeitosamente,

---

Abraão Gonçalves de Oliveira Neto  
Técnico Judiciário

---

Bruno Dantas Raulino do Nascimento  
Coordenador de Manutenção de Equipamentos

---

Tatiana Sales Cadena  
Gerente de Manutenção e Zeladoria